



Canale

Senado pode vetar ajuda aos estados

Os empréstimos concedidos aos estados e municípios na última reunião do Conselho Monetário Nacional — cerca de Cz\$ 67 bilhões — poderão ser interditados pelo Senado Federal, de acordo com proposta a ser apresentada hoje pelo senador Mendes Canale (PMDB-MS) ao bloco da maioria, composto por senadores antigovernistas.

Canale, que considera esses empréstimos como de caráter político, acentua que o endividamento dos estados e municípios tem de ser fiscalizado pelo Senado, que não pode ficar ausente nessa questão. Por este motivo, entende que os empréstimos são irregulares e não podem ser concedidos.

POLÍTICA

A briga em torno dos empréstimos de estados e municípios começou no Senado com a decisão do senador Rui Bacelar (PMDB-BA) de paralisar todos os pedidos enquanto o Governo não tratar, da mesma maneira, os estados cujos governadores defendem o mandato de quatro anos para o atual presidente da República. Ele alega que a Bahia vem sendo prejudicada pelo Governo Federal porque o governador Waldir Pires é a favor dos quatro anos.

O líder do Governo e o do PFL, senadores Saldanha Derzi (PMDB-MS) e Marcondes Gadelha (PB), estão procurando vencer essa obstrução, iniciada com Bacelar, mas ainda não conseguiram. Estão paralisados 83 pedidos de empréstimo, externos e internos, alguns dos quais encaminhados ao Senado no ano passado. A maioria desses empréstimos é para municípios de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Maranhão, Goiás e Paraná, todos alinhados com o presidente da República.

Bonifácio, por sua vez, não aprovou a proposta de hoje ou amanhã.

RESISTÊNCIA

Baseado nas Resoluções 62/75, 93/76, 64/85 e 140/85, Canale pretende impedir a concessão dos empréstimos do Conselho Monetário Nacional a estados e municípios, concedidos em sua reunião de 26 último, alegando que eles são perniciosos aos estados e municípios que já ultrapassaram seu limite de endividamento.

A proposta que apresentará hoje é de uma resolução interditando os empréstimos e responsabilizando os governadores, prefeitos, o ministro do Desenvolvimento Urbano e o presidente da Caixa Econômica Federal por sua aplicação. Os empréstimos são irregulares porque aumentam o endividamento sem que haja concessão especial do Senado, a quem cabe esta atribuição por lei.

Outra sugestão que Canale levará ao bloco da maioria, ainda não constituído formalmente, é de que o Senado fiscalize alguns dos empréstimos concedidos pelo atual Governo. Na sua opinião, esses últimos empréstimos têm uma nítida conotação política, porque beneficiam os governos que estão empenhados na aprovação dos cinco anos para o atual presidente da República.

31 MAI 1988 CORREIO BRAZILENSE